

Dauster adverte os credores: sem diálogo não há pagamento.

Dívida ext 19 OUT 1990

"O Brasil não pagará nada aos bancos credores privados se houver rejeição em bloco da proposta do governo Collor para a dívida externa. O Brasil quer negociar, mas se os bancos não querem resta a dúvida de como eles vão receber." A afirmação foi feita ontem à noite, no Rio, pelo embaixador especial da dívida externa, Jório Dauster.

Para o embaixador, as recentes declarações de banqueiros internacionais — de que a proposta brasileira é inviável — não são preocupantes. "Eles estão na sua função, que é fazer pressão para receber alguma coisa", disse Dauster. "Mas tudo isso será resolvido na mesa de negociação", completou. O embaixador disse que na segunda-feira chegará a Brasília uma comissão de técnicos dos bancos credores que vão analisar detalhadamente as razões da proposta do governo Collor.

Dauster minimizou as pressões dos bancos e disse que o governo brasileiro não teme retaliações. "Não estamos em guerra para sofrer retaliações. Eles querem receber e nós queremos pagar, é somente negociar", disse. O embaixador ressalta, entretanto, que os princípios da proposta não serão discutidos. "Não vamos abdicar do nosso crescimento econômico", resumiu.

O Swiss Bank Corporation, um dos sete novos membros do comitê de credores do Brasil, avalia que uma das proposições "interessantes" que os bancos

podem fazer ao governo Collor de Mello é a de perdoar 35% da dívida externa, como foi feito com o México e Venezuela, informa o correspondente em Genebra, **Assis Moreira**. A proposta representa uma redução de US\$ 25 bilhões na dívida de US\$ 70 bilhões junto aos bancos privados internacionais. Mas alguns banqueiros já afirmam publicamente — o que é novo —, que se contentariam em recuperar pelo menos 40% dos créditos fornecidos a países do Terceiro Mundo.

O perdão de 35% para a dívida brasileira foi sugerido ontem por Rudolf Merter, diretor do Swiss Bank Corporation, em entrevista à **Rádio Suíça Internacional**, que transmite diariamente um programa em português para o Brasil. Ele avalia que outras idéias, ao invés de apagar parte da dívida, podem ser discutidas com os negociadores brasileiros: aceitar redução da taxa de juros, **exit-bonds** com juros fixos (os bônus são vendidos e os bancos se livram dos créditos) ou continuar com as condições do mercado e conceder novos créditos.

Sobre o "fracasso" da reunião de Nova York, na semana passada, Merter declarou: "As propostas do Brasil não podem entrar na linha de conta de nenhum banco, elas foram feitas para iniciar a negociação. Mas haverá toda espécie de propostas, e os bancos e o governo brasileiro poderão escolher a alternativa que lhes convém".

Leia editorial na pág. 4